MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2018

ATA Nº 3

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezoito, na Vila de Montoito, no salão da Sociedade União Montoitense, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor José Luís Nunes Marques Mónica, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sendo esta composta ainda pela Senhora Dona Ana Carla Galito Vieira de Carvalho, na qualidade de Primeira Secretária. -------

-----Eram vinte horas e trinta minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Redondo, José Luís Nunes Marques Mónica, deu início aos trabalhos da sessão. ----------

-----Depois de feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: Alfredo Falamino Barroso (Movimento Independente do Concelho de Redondo); José Luís Nunes Marques Mónica (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP); Ana Carla Galito Vieira de Carvalho (Partido Socialista); Vergílio Fernando Frade Ambrósio (CDU-PCP/PEV); José Miguel Lopes Inverno, em substituição do membro Nelson Manuel Cardozo Batista e da primeira substituta, Ana Isabel Pinheiro Valverde, (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Domingos Alberto Saraiva Boavida (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP); Daniel José Chambel Cachopas (Partido Socialista); Rui Miguel Mendes do Carmo, em substituição do membro Mariana Gertrudes Freira Recto (CDU-PCP/PEV); Maria Gabriela Sapateiro Oliveira Jacinto de Oliveira (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Diogo Miguel Perdigão Amélio (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP); Domingos António Mendes Madruga (Partido Socialista); Paulo Alexandre Feijão de Sousa (Movimento Independente do Concelho de Redondo); David Manuel Ambrósio Martelo (Movimento Independente do Concelho de Redondo); João Pedro Faleiro Siquenique (CDU-PCP/PEV); Paulo Alexandre Fernandes Completo (Partido Socialista), em substituição do Senhor José Carlos Ramalhinho Cidade (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP) - (Junta de Freguesia de Redondo);

Henrique Duarte Caeiro Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Montoito - Movimento Independente do Concelho de Redondo). ----------

-----Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António José Rega Matos Recto e os Senhores Vereadores David Manuel Palma Grave, David Manuel Fialho Galego, José Manuel Mendes Portel e Luis Fernando Gomes Faleiro. ----------

-----Declarada aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia: ----------

1. Informações
2. Apreciação da informação escrita, emanada do executivo camarário, sobre a atividade do Município
3. Informação sobre a situação financeira do Município
4. Informação de compromissos plurianuais assumidos
5. Designação de júri de recrutamento no procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2º grau – Divisão de Obras e Serviços Urbanos
6. Nomeação de auditor externo
7. Votação do local da Assembleia Municipal ordinária do mês de setembro

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, começou por cumprimentar todos os eleitos da Assembleia Municipal, do MICRE, PS, CDU e da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Uma Nova Atitude, o Senhor Presidente da Freguesia de Montoito, o representante da Freguesia de Redondo, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, cumprimentou também o público e agradeceu a presença do mesmo, considera que é assim que se faz democracia e que a presença do público só dignifica o órgão da Assembleia Municipal, agradeceu aos corpos sociais da Sociedade União Montoitense, especialmente, à direção, na pessoa do Senhor Diretor aqui presente, Senhor Tiago Almeida, pela cedência do espaço para que se pudesse aqui realizar a sessão da Assembleia Municipal. ----------

-----Antes do início da reunião deu as seguintes informações, disse que, à exceção da gravação oficial efetuada pelo serviço de apoio à Assembleia Municipal, não é permitida a captação de imagem ou som no decorrer da sessão da Assembleia Municipal, não está legalmente previsto no regimento e tendo por base um parecer jurídico, não é permitida essa captação. Informou ainda que é absolutamente vedado, ao público, intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar qualquer opinião emitida durante a sessão da Assembleia Municipal. ----------

-----Referiu que os membros da Assembleia devem ser assertivos para que não sejam ultrapassados os 60 minutos estabelecidos para o período de Antes da Ordem do Dia, pede que impere sempre o bom senso e informou que vai ser rigoroso ao máximo, para que tudo decorra dentro da legalidade. Referiu ainda que, com base no nº 3, do artigo 28 do regimento da Assembleia, as declarações de voto devem ser entregues até ao final da sessão da Assembleia. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pôs à consideração de todos os membros, com base no regimento da Assembleia Municipal e na Lei nº 75/2013, que as deliberações sejam aprovadas em minuta, de modo a poderem ter eficácia externa imediata e que as atas sejam lidas e aprovadas na reunião seguinte. ----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. ----------

Apreciação e votação da ata nº 2/2018

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, pôs à apreciação dos membros presentes a ata nº 2/2018, da sessão de 26 de abril de 2018. ----------

-----Após ser contemplada a proposta de alteração efetuada pelo eleito Domingos Madruga, foi a ata nº 2/2018 submetida à votação, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informado que, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do Decreto-Lei nº 4/2015 (CPA), de 07 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor,

não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita. ----------

-----A ata supra referida foi aprovada por unanimidade e em minuta. ----------

Intervenções no período Antes da Ordem do Dia

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio interveio para apresentar a proposta de recomendação que de seguida se transcreve:

"Recomendação

Acompanhamento e incentivo Municipal no sentido da valorização dos produtos tradicionais de qualidade incrementando, apoiando e defendendo as indústrias de atividade tradicional regional

Denominação de Origem Protegida – DOP - é a designação regulamentada pela União Europeia que protege os nomes dos produtos cuja produção, elaboração e transformação ocorrem numa região delimitada, com um saber-fazer devidamente reconhecido e verificado.

Indicação Geográfica Protegida – IGP - é a designação regulamentada pela União Europeia que protege os nomes dos produtos cuja relação com o meio geográfico subsiste, pelo menos, numa das fases de produção, transformação ou elaboração.

Tal como a menção DOP, a menção IGP garante que o produto foi obtido tradicionalmente e que tem uma reputação ou características ligadas ao território e que foi sujeito a um rigoroso sistema de controlo independente. Todos os produtos com IGP apresentam a respetiva menção, assim como a marca de conformidade e o logótipo comunitário.

Garante ao consumidor que o produto tem sabor e aroma diferenciados, que foi obtido ou processado de forma tradicional, que tem uma enorme ligação ao território e ao saber fazer, e que foi sujeito a um rigoroso sistema de controlo independente.

Azeites e azeitonas, carnes de bovino, de caprino, de ovino e de suíno, frutas frescas, secas e secadas, produtos hortícolas, méis, enchidos e ensacados, presuntos e queijos, requeijões, carnes de aves, doçaria conventual e tradicional, sopas e pratos cozinhados, alguns deles têm direito a usar o nome próprio do seu território de origem, que os qualifica e demonstra a sua origem geográfica, a sua reputação, a sua genuinidade, a sua tradicionalidade ou o seu modo de produção particular. São típicos, tradicionais, originais, pitorescos, interessantes e únicos, são doces, picantes, sumarentos, frescos, amanteigados, suculentos, fumados, amargos, carnudos, acres, sucosos, acídulos, frescos, macios, tenros, fundentes, aromáticos, apurados.

É todo um mundo de adjetivos para qualificar produtos que têm sabores próprios e saberes tradicionais, modos de produção ancestrais, genuínos, mas todos respeitadores de ambientes, terras e homens, e geradores de riqueza, de emprego e de ocupação do território de forma sustentável. Dinamização dos recursos e dos agentes do território através da promoção daquilo que hoje se designa por turismo sustentável.

A qualidade dos produtos da freguesia de Montoito é reconhecida na região Alentejo e, por participação em feiras, encontros e passa palavra, também conhecida em grande parte de Portugal, nomeadamente, entre outros:

- *Enchidos tradicionais alentejanos de Montoito;*
- *Produção de queijos tradicionais de ovelha e cabra das Aldeias de Montoito;*
- *Azeite da Cooperativa Agrícola de Montoito - um lagar com mais de 50 anos de experiência;*
- *Produção de Vinho na freguesia de Montoito;*
- *Produção de mel, etc.*

Aproveitando o facto de esta Assembleia municipal se realizar na freguesia de Montoito, vêm os eleitos do PCP na Assembleia Municipal, recomendar, alertar e instar, mais uma vez a Câmara Municipal, para que fazendo um levantamento dos produtos e das atividades dos produtores da freguesia, no sentido do apoio técnico-científico, da divulgação, promoção, valorização e garantia, que os produtos da nossa terra têm qualidade, ajudando com estas certificações a criar mais postos de trabalho nessas

áreas e divulgando as nossas terras na nossa freguesia."

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a Recomendação de Acompanhamento e incentivo Municipal no sentido da valorização dos produtos tradicionais de qualidade incrementando, apoiando e defendendo as indústrias de atividade tradicional regional supra transcrita. ----------

Declaração de voto do membro Domingos Madruga

O voto do Partido Socialista é favorável por considerar que é um contributo bastante interessante, do qual também partilham a ideia, e porque os produtos referenciados são efetivamente de referência e de qualidade e por que o Partido Socialista tem vindo, ao longo dos últimos quatro mandatos a incluir no seu programa eleitoral, a construção, na Freguesia de Montoito, do Museu do Azeite e esta recomendação enquadra-se perfeitamente numa outra proposta do Partido Socialista que é o registo da marca "Redondo". Pelo exposto estão plenamente de acordo com a recomendação apresentada.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Daniel Cachopas. ----------

-----O membro Daniel Cachopas começou por dar as boas vindas a todos os presentes, demonstrando todo o prazer em recebê-los na freguesia de Montoito, considera que é assim que se faz a democracia. ----------

Apresentou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente qual o ponto de situação relativamente à falta de iluminação pública na freguesia, trata-se de um problema que já subsiste há mais de 10 anos. ----------

O Parque Ambiental de Montoito está a sofrer alterações no lago, pergunta em que consiste essa alteração, se se trata de trabalhos a mais na empreitada e quando se prevê o final dos trabalhos. Perguntou se já foram apuradas responsabilidades relativamente aos atos de vandalismo que se verificaram não só no parque ambiental, como também noutros pontos da freguesia. ----------

Em relação à Ecopista Intermunicipal, sabe-se que houve uma abertura por parte de Évora e de Reguengos, para desenvolver esse projeto de ligação, utilizando a antiga linha da CP, considera que seria uma mais-valia para o concelho de Redondo, para a freguesia de Montoito, aderir a esse projeto, porque com isso iria dinamizar e ajudar as entidades económicas locais e traria certamente muitos cicloturistas à freguesia. --------

A questão das Bolsas de Estudo, foi uma batalha do Partido Socialista, no último mandato, porque apenas os estudantes da freguesia de Redondo tinham acesso a bolsas de estudo através da Junta de Freguesia de Redondo, os estudantes da freguesia de Montoito não tinham acesso a esse apoio, o PS conseguiu, com o apoio de todos, que esse apoio fosse dado através da câmara para que os alunos de Montoito também pudessem beneficiar, no entanto, continua a verificar-se que a bolsa da freguesia é mais atrativa que a municipal, pelo que sugere que a câmara em conjunto com as duas freguesias cheguem a um consenso de modo a que os alunos tenham acesso às mesmas condições e benefícios. ----------

Perguntou qual o critério de atribuição de subsídios às associações para efeitos de apoio na organização das festas de verão, uma vez que consideram que não tem havido um critério claro. ----------

Sugeriu que os serviços da Câmara auxiliassem a Junta de Freguesia de Montoito na construção de um site institucional onde pudesse ser divulgada a informação referente à freguesia, nomeadamente, agenda cultural, factos históricos e documentos públicos oficiais, uma vez que há muitos cidadãos da freguesia a morar longe e que gostavam de ter acesso a notícias da freguesia. ----------

Sobre as infraestruturas desportivas, como já referiu várias vezes, há necessidade de um relvado sintético, uma vez que os jovens da freguesia não têm um campo em condições e acabam por sair da freguesia para poderem ir jogar à bola, porque em todas as localidades à volta têm essas condições.

Sugeriu que na parte sul do Centro Escolar de Montoito, onde só existem pedras e terra, que fosse feito um parque desportivo de forma a fomentar a pratica do desporto desde tenra idade. ----------

Informou que a GNR continua a autuar e a multar os carros, devido ao estacionamento, pergunta se já houve alguma resposta sobre esta temática. ----------

Referiu, novamente, a questão da falta de espelhos refletores em vários cruzamentos da freguesia e que são de extrema importância. ----------

Por último, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação de uma aluna, residente nas Aldeias de Montoito, estudante de 9º ano e que devia ser transportada para ir realizar o exame de matemática ao Agrupamento de Escolas de Redondo, no entanto, o transporte que a devia levar abalou antes da hora e a aluna ficou sem transporte, ficou nervosa, chorou e teve que vir a professora buscá-la para ela poder ir fazer o exame, obviamente que já não ia em condições normais para o fazer e isso pode ter repercussões na nota. Considera que há que esclarecer esta situação e chamar a atenção dos responsáveis pela mesma, para que não se tornem a repetir. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro D. Ana Mafalda Gama. ----------

-----A D. Ana Mafalda Gama perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação relativamente às três moções apresentadas pela UNA (Uma Nova Atitude) na última sessão da assembleia, as quais foram aprovadas por unanimidade, perguntou se foram divulgadas no site oficial e redes sociais, uma vez que, com base na informação distribuída à assembleia municipal é referido que há uma atualização diária destes meios de informação, no entanto, pode ter falhado, mas não viram publicitadas as moções.

Em relação à moção de toponímia perguntou se já foi criada a comissão municipal e comunicada ao Presidente da Assembleia para ser criado o grupo de trabalho, se não foi, para quando está prevista a criação da mesma e o porquê da demora.

Relativamente à moção de dinamização do potencial turístico da Serra D'Ossa, perguntou se já foi comunicado o teor da moção às entidades CIMAC, Entidade

Turismo do Alentejo e Municípios de Vila Viçosa e Alandroal e em que moldes foi feita a comunicação.

Disse que, pediu substituição na última sessão, no entanto, teve oportunidade de saber através da ata que estaria a ser criada, através da CIMAC, a Rota do Montado, perguntou quem vai coordenar a criação dos ciclos afetos à área do Município. Perguntou ainda se já foi comunicado o teor da moção aos deputados.

Ainda sobre a última sessão, disse que foi perguntado pelo membro que a substituiu, qual a empresa responsável pelo controle de qualidade alimentar na cantina do Centro Escolar de Montoito, ao que o Senhor Presidente respondeu que seria a empresa Cosmoamplitude, sobre o que, tem a referir que após análise dos serviços prestados pela empresa referida, verifica-se que não presta esses serviços, não faz serviço de segurança alimentar, pelo que pergunta se está a ser pago esse serviço e não está a ser feito, ou se esse controle está realmente a ser feito por outra empresa, ou se não está a ser feito.

Por último, apresentou a moção, previamente distribuída pelos membros, e que de seguida se transcreve:

"Uma Nova Atitude - Proposta de Alargamento da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Freguesia de Montoito.

Os eleitos pela coligação PPD/PSD - CDS-PP UMA NOVA ATITUDE na Assembleia Municipal consideram que os munícipes residentes na zona oeste de Montoito e nos aglomerados habitacionais das Aldeias de Montoito e Falcoeiras devem ter ao seu dispor os mesmos meios e condições de competitividade, para promover a reabilitação dos seus imóveis, que neste momento já estão atribuídos aos munícipes residentes na zona este da vila de Montoito.

Esses meios traduzem-se em importantes benefícios diretos para os munícipes no âmbito da reabilitação urbana do seu património, nomeadamente podendo os mesmos obter:

- *Isenção de IMI;*
- *Isenção de IMT;*
- *Redução da tributação de mais-valias em sede de IRS;*

□ *Financiamentos bancários com taxas de juro inferiores às praticadas no mercado;*

□ *Comissões bancárias mais favoráveis;*

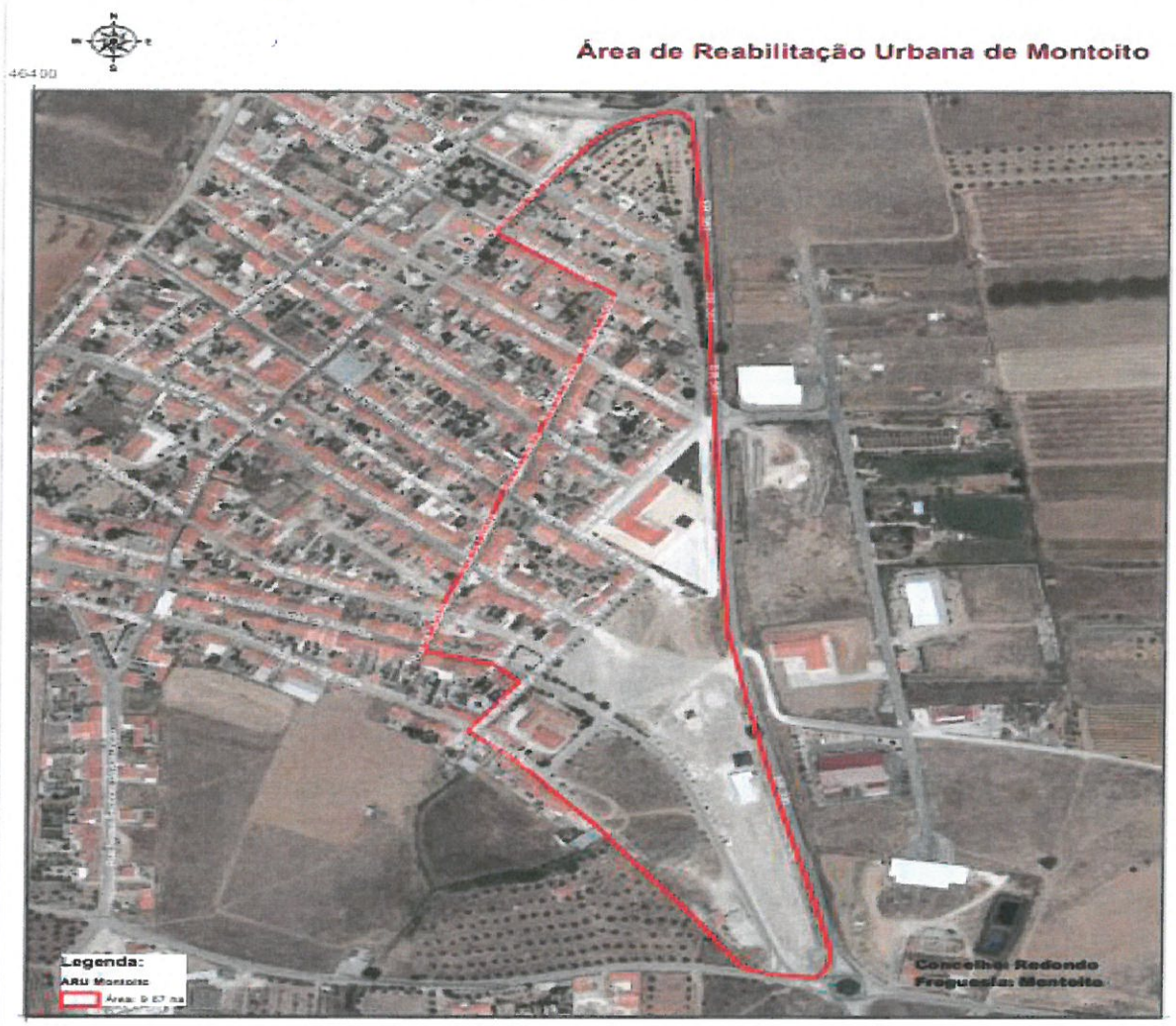
□ *Carência de capital nos financiamentos bancários pelo período de investimento e prazos alargados.*

Temos presente que:

O ano 2017 voltou a registar novos máximos históricos no mercado imobiliário. Mas não foi no entanto assim em todo o território nacional. Assistimos a fortes assimetrias entre aquilo que foi o crescimento verificado nas zonas metropolitanas, com as suas urbes, e o interior do país onde os centros das pequenas vilas continuam a requerer uma ampla renovação e reabilitação, e algumas aldeias já começam mesmo a ficar condenadas a definhar.

Nesse sentido, os eleitos pela coligação PPD/PSD. CDS-PP (UMA NOVA ATITUDE) propõem:

Que a Assembleia Municipal delibere a Aprovação da presente moção de recomendação que tem como finalidade instruir a Câmara Municipal no sentido de iniciar o procedimento que permita delimitar um perímetro de ARU mais vasto e que englobe a totalidade dos Aglomerados Urbanos atrás descritos, ao invés de manter em ARU apenas a zona abaixo delimitada.



O RACIONAL DA PROPOSTA:

A reabilitação é um instrumento-chave para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a qualificação e atratividade dos territórios construídos e para a promoção da sustentabilidade no desenvolvimento dos agregados habitacionais. Consideramos então ser esta proposta extremamente pertinente dado o estado de degradação do tecido urbano nas localizações alvo acima referidas.

Com a entrada em vigor do IFRRU2020, que permite acesso a financiamentos bancários em condições extremamente favoráveis é ainda mais pertinente proporcionar ao maior número de munícipes as melhores condições para valorização do seu património, contribuindo assim para:

a) Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados; b) Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação; c) Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados; d) Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural; e) Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana; f) Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos; g) Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica; h) Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sócio-cultural nos tecidos urbanos existentes; i) Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial; j) Desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna; k) Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas; l) Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, o Estado entendeu oportuno consagrar um conjunto de benefícios fiscais, dos quais destacamos os seguintes:

- Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de 5 anos, a contar do ano, inclusive da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos. Os incentivos apenas são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020.

- Os prédios urbanos têm que se localizar em Áreas de Reabilitação Urbana ou têm de ser prédios arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU.

Estas isenções estão dependentes de deliberação da Assembleia Municipal do respetivo município onde se insere o prédio urbano. (Consultar números 7, 19, 20, 21, 22 e 23 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)

- Ficam isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos destinados a reabilitação urbanística, desde que, no prazo de três anos a contar da data de aquisição, o adquirente inicie as respetivas obras. (Consultar artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)

- São isentas de IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado em Área de Reabilitação Urbana. As ações de reabilitação têm que ter iniciado após 1 de janeiro de 2008 e estar concluídas até 31 de dezembro de 2020. Os prédios urbanos têm que se localizar em Áreas de Reabilitação Urbana ou têm de ser prédios arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27º e seguintes do NRAU. Esta isenção está dependente de deliberação da Assembleia Municipal do respetivo município onde se insere o prédio urbano. (Consultar números 8, 19, 20, 21, 22 e 23 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)

- São dedutíveis à coleta em IRS, até ao limite de 500€, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis localizados em Área de Reabilitação Urbana e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação ou imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU que sejam objeto de ações de reabilitação. (Consultar n.º 4 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais).

- As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em Área de Reabilitação Urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação. (Consultar n.º 5 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)

Em contraponto a esta situação, há já municípios (22 dos 308) que triplicaram a taxa de IMI aplicada aos imóveis devolutos ou em ruínas. Julgamos que este deverá ser um último recurso dado que há todo um caminho a percorrer antes da aplicação desta medida sancionatória, caminho esse por exemplo como o que aqui se recomenda à Câmara Municipal.

BOAS PRÁTICAS

Exemplos de ARU's em Pequenos Aglomerados:

A Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Casal de Álvaro abrange um território com cerca de 25ha na união de freguesias de Recardães e Espinhel. Os limites desta ARU correspondem à zona central do aglomerado. As ruas que se desenvolvem a partir destes núcleos, também, apresentam uma densidade de construção significativa. De acordo com os dados dos Censos de 2015, esta área concentra 136 edifícios clássicos e residem 301 pessoas.

A Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Espinhel corresponde ao centro tradicional do aglomerado e abrange um território com cerca de 208 pessoas residentes, compreendendo cerca de 3,4% da população total da união de freguesias em 18ha, na união de freguesias de Recardães e Espinhel."

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta rejeitar a moção apresentada, tendo os votos contra dos membros Alfredo Barroso, José Miguel Inverno, Domingos Boavida, Maria Gabriela Oliveira, Paulo Feijão de Sousa, David Martelo e Henrique Pereira, os votos de abstenção dos membros Ana Carla Carvalho, Vergílio Ambrósio, Daniel Cachopas, Rui do Carmo, Domingos Madruga, João Pedro Siquenique e Paulo Completo e os votos favoráveis dos membros Ana Mafalda Gama, Diogo Amélio e Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

Declaração de voto dos eleitos do PS

Não obstante considerarmos uma boa medida a apresentada na Proposta de Alargamento da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Freguesia de Montoito, abstivemo-nos na votação da respetiva moção dado que:

1) *a proposta carece de um parecer técnico, devidamente fundamentado;*
2) *a mesma deveria contemplar outras localidades do concelho e ser uma proposta integrada na política pública urbana;*
3) *a aplicabilidade desta proposta implica alterações no orçamento do município e outras em regulamentos municipais.*

Por conseguinte, manifestamos a nossa disponibilidade para discutir o assunto de uma forma mais alargada e após os estudos técnicos necessários.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Rui do Carmo. ----------

-----O membro Rui do Carmo apresentou a proposta de recomendação à Câmara Municipal que de seguida se transcreve:

"Recomendação

1. *Face aos constantes e continuados anúncios, tanto em locais públicos, através de comentários entre a população, como nas redes sociais, sobre falta de segurança dos munícipes provocada por atos de vandalismo praticados em diversas zonas de Redondo e do Concelho;*
2. *Face aos constantes e continuados anúncios, tanto em locais públicos, através de comentários entre a população, como nas redes sociais sobre a deficiente recolha dos resíduos sólidos e a sua frequente aglomeração, por sobrelotação dos contentores;*
3. *Face aos constantes e continuados anúncios, tanto em locais públicos, através de comentários entre a população, como nas redes sociais sobre o deficiente funcionamento do Canil Municipal o que já motivou um comunicado da Câmara Municipal;*

Os Eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Redondo vêm propor que sejam criadas comissões compostas por:

- *O Presidente da Câmara;*

- *O Vereador responsável pelo Pelouro e os Vereadores sem pelouros atribuídos,*
- *O técnico do serviço responsável por essa área;*
- *1 representante dos trabalhadores;*
- *1 representante de cada força política eleita na Assembleia Municipal;*

E nos casos em que envolva segurança dos munícipes além dos acima citados:

- *1 elemento das forças de segurança;*
- *1 elemento ligado ao serviço de proteção civil da Câmara Municipal*

Esta Comissão analisará estes casos concretos, e ouvindo os trabalhadores destas unidades e em conjunto com eles, possam criar formas de resolução e formas de evitar que se volte a repetir esta situação de mal-estar e sempre no interesse das populações afetadas."

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com o voto de abstenção do membro D. Ana Mafalda Gama e os restantes votos a favor, aprovar a proposta de recomendação apresentada. ----------

Declaração de voto da D. Ana Mafalda Gama

O seu sentido de voto, de abstenção, prende-se apenas com o facto de não ter tido acesso à moção de forma a poder fazer uma devida análise da mesma, uma vez que apenas foi lida. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Alfredo Barroso. ----------

-----O membro Alfredo Barroso apresentou a proposta de recomendação que de seguida se transcreve:

"Reabilitação Urbana AM Montoito

Introdução

A reforma do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana operada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, veio estabelecer medidas que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana.

No atual quadro de significativa degradação das nossas áreas urbanas antigas, o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas públicas nacionais e locais.

A legislação define ARU como sendo a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana

Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO e adota a designação de ORU SIMPLES.

A aprovação da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana obriga o Município a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado, objeto das ações de reabilitação urbana

A aprovação das delimitações das ARU e a aprovação das ORU através de instrumento próprio são da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

No município de Redondo estão aprovadas duas Áreas de Reabilitação Urbana – Vila de Redondo e Vila de Montoito – consideradas as mais importantes no quadro da legislação que tem vindo a ser aprovada quer no que respeita aos benefícios fiscais quer no que respeita aos meios de financiamento disponíveis, consoante a tipologia dos casos.

Quando da aprovação por unanimidade na CMR e na AM da ARU da Vila de Montoito-mandato anterior-, foi levantada a questão do alargamento da área de intervenção da

mesma, a qual ficou desde logo como recomendação à CMR que se manifestou disponível para o efeito.

Com o arrastar do tempo os meios de financiamento demoraram a estar disponíveis pelo que se considera, agora, o momento oportuno para uma reflexão, séria e coerente com os princípios da reabilitação urbana, sobre as eventuais delimitações de ARU nas diferentes áreas urbanas incluídas no PDM de Redondo.

Assim, de acordo com o Regimento da AM, propõe-se a criação dum Grupo de Trabalho constituído por um elemento de cada força política, com o objetivo de estudar as possíveis recomendações à CMR para delimitação de novas ARU e alteração das existentes, tendo como base os princípios orientadores da reabilitação urbana. Mais se propõe que este GT possa solicitar à CMR a cartografia necessária ao seu trabalho e que o trabalho decorra no prazo de 6 meses."

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de recomendação apresentada e supra transcrita. ----------

Declaração de voto da eleita Ana Mafalda Gama

Congratula-se pela apresentação da proposta de criação de um grupo de trabalho, porque há questões técnicas que os eleitos não dominam e com a criação do grupo de trabalho poderão ser solucionadas e esclarecidas, espera que se avance o mais rapidamente possível. Referiu que a proposta apresentada pela UNA, apesar de poder ter algumas falhas técnicas era bastante pertinente e da qual poderão ser aproveitadas algumas ideias.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Domingos Madruga. ----------

-----O membro Domingos Madruga referiu que continua a aguardar resposta relativamente ao pedido de visita ao canil, com todos os eleitos, e também da visita ao Convento de Santo António.

Perguntou se já foram tomadas diligências no sentido de dar andamento à proposta apresentada pelo PS na sessão de abril relativamente à criação da reserva Dark Sky para a Serra D'Ossa.

Qual o ponto de situação da moção das Águas da Serra D'Ossa, uma vez que o Senhor Presidente na última reunião referiu que estava a ser contactada a Fundação Casa de Bragança, se já houve mais desenvolvimentos.

Perguntou se, no âmbito da nova linha de crédito para as Autarquias Locais, se o Município de Redondo vai recorrer a esta linha de crédito e, em caso afirmativo, o que pensa fazer caso lhe seja concedido o crédito. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro João Pedro Siquenique. ----------

-----O membro João Pedro Siquenique apresentou a proposta de recomendação à Câmara Municipal que de seguida se transcreve:

"Recomendação - Criação de Parques Caninos no Concelho de Redondo

Considerando que:

- *O bem-estar animal é cada vez mais uma preocupação da sociedade e por sua vez uma preocupação dos eleitos e autarquias locais;*
- *As obras previstas no Centro de Recolha Temporária de Redondo vão melhorar as condições dos amigos de quatro patas que lá residem temporariamente;*
- *Os proprietários de animais de estimação têm o direito de usufruir do espaço público em segurança e garantindo a segurança de terceiros;*
- *Os proprietários têm o dever de cuidar dos seus animais, assim como responsabilizar-se pelos seus atos;*
- *Os proprietários de animais de estimação têm o dever de, ao utilizarem o espaço público com os seus animais de estimação, de garantir a limpeza e higiene do mesmo;*

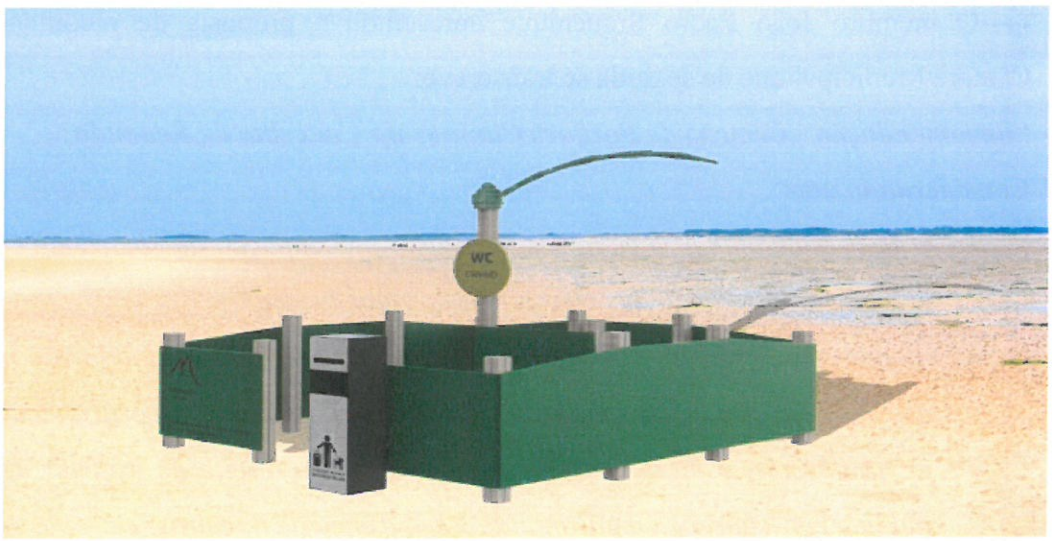
Nestes termos, os Eleitos do PCP vêm propor que a Assembleia Municipal de

Redondo, reunida a 28 de Junho de 2018, recomende à Câmara Municipal de Redondo:

4. *Criar dois parques caninos, um em Redondo e outro em Montoito;*
5. *Dotar os parques caninos com mobiliário de entretenimento canino;*
6. *Dotar os parques com WC caninos e dispensador de sacos para recolha de dejetos;*
7. *Aproveitar os espaços verdes/parques ambientais, em ambas as localidades, para instalar os parques caninos;*
8. *Criar, faseadamente, WC's Caninos em todas as localidades do Concelho.*
9. *Promover campanhas de sensibilização para que os donos dos animais evitem que os dejetos fiquem na via pública.*

Soluções de mobiliário recomendado e valor estimado:

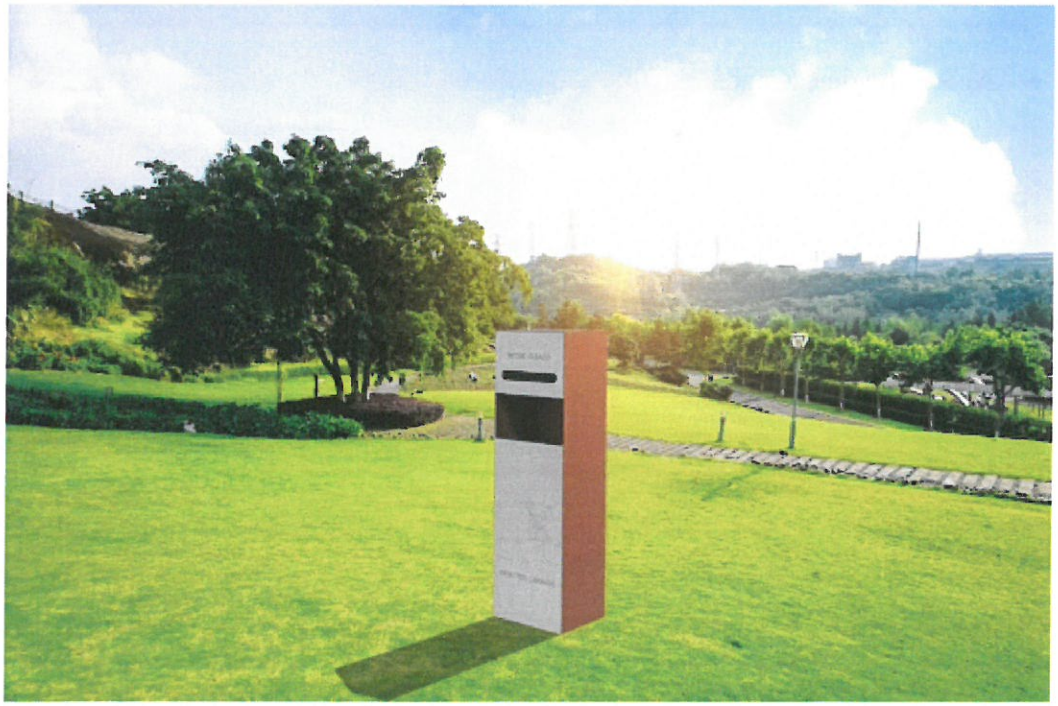
- *WC'sCaninos:*



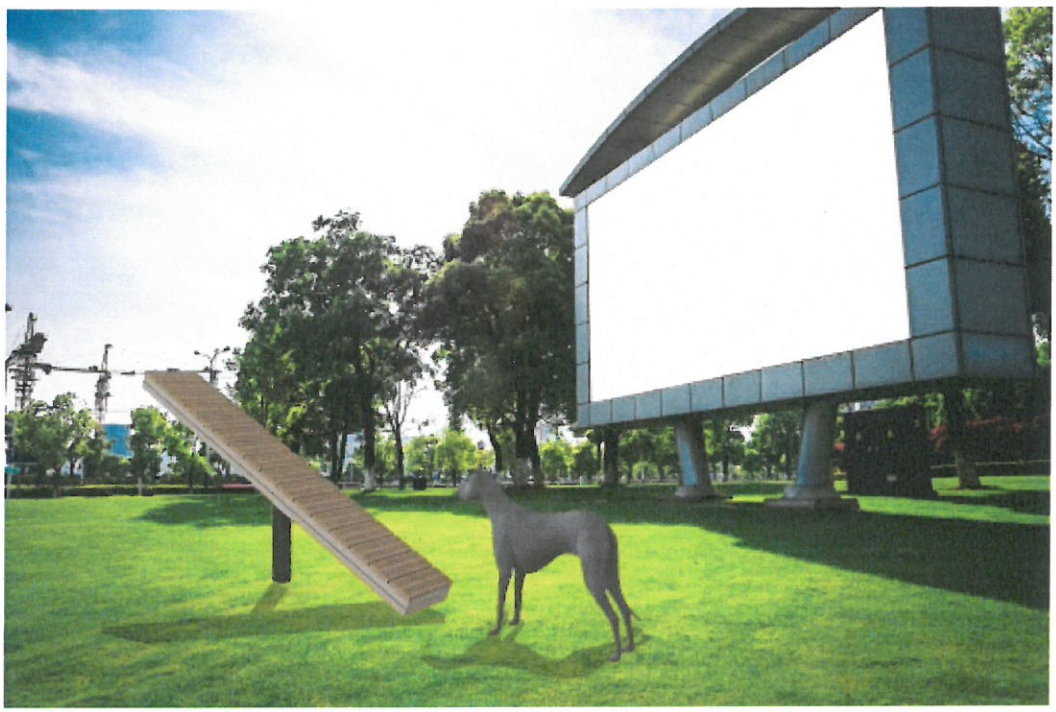
- Bebedouro/bebedouro canino:



- Dispensador de sacos:



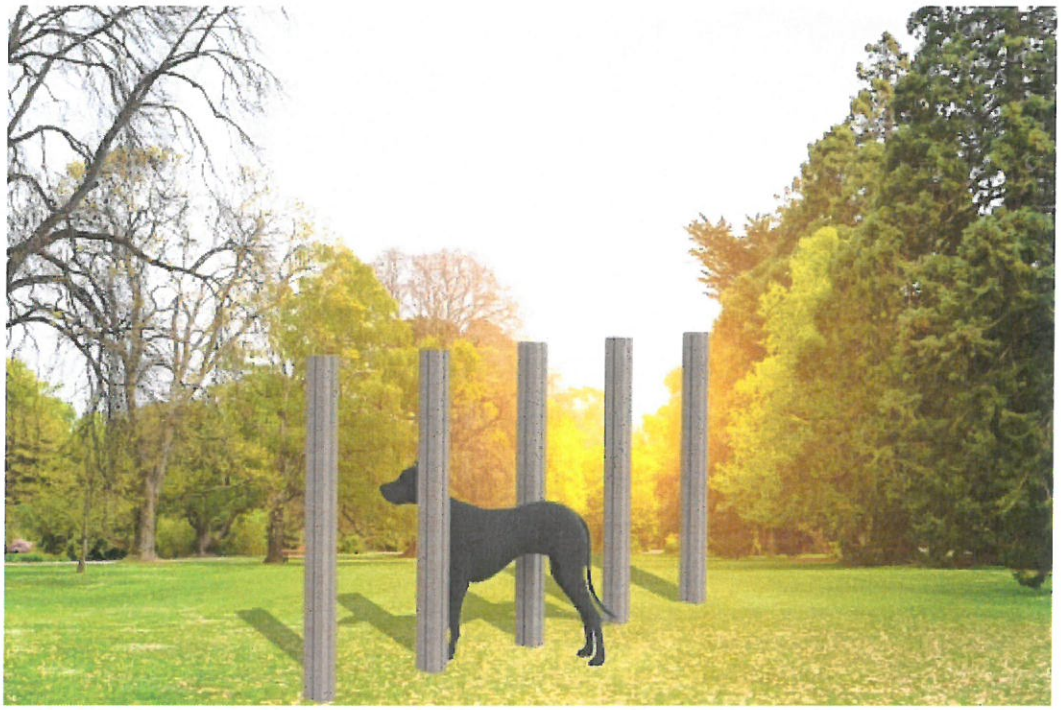
- Pranchas (mobiliário):



- Aparelhos de escalada:



- Aparelhos de slalom:



- *Tuneis:*



Resumo/conclusões:

- *Serão necessários trabalhos que podem ser desenvolvidos pelos serviços do Município na preparação do terreno onde serão instalados os Parques Caninos;*
- *O investimento na aquisição de equipamento/mobiliário poderá ser reduzido entre 50% a 60% caso a Câmara opte por construir os equipamentos com recurso aos serviços da autarquia (carpintaria e serralharia);*
- *Depois de criados os primeiros dois Parques Caninos, em Redondo e Montoito, a Câmara deverá avançar para a criação/construção de WC's Caninos em todas as localidades do concelho e, caso a caso, analisar se haverá a necessidade colocar mais alguns equipamentos para os amigos de quatro patas."*

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com o voto de abstenção do membro Diogo Amélio e os restantes votos a favor, aprovar a proposta de recomendação apresentada. ----------

Declaração de voto do membro Domingos Madruga

O Partido Socialista vota a favor porque entende que o bem-estar animal deve ser acima de tudo uma preocupação da sociedade, mas esta iniciativa da CDU, sendo bastante positiva não é inovadora, pelo menos na generalidade do bem-estar animal, recorda que em fevereiro o PS apresentou a situação de alguns animais do canil, que em abril fez também uma recomendação à Câmara Municipal e que também a título pessoal salvou a vida a dois animais do canil que estavam com fome e ao fim de uns dias de terem sido retirados do canil tinham mais 3kg. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio interveio para referir que verificou que a empresa que foi referida, na última sessão, como sendo a responsável por fazer o controlo alimentar da cantina do Centro Escolar de Montoito, não desempenha essas funções,

não consta em lado nenhum que preste esse tipo de serviço.
Referiu também que o Parque Ambiental de Montoito já está cheio de ervas, para além de que o lago continua a perder água, pergunta de quem é a responsabilidade.
Salientou mais uma vez a diferença de tratamento da câmara entre a freguesia de Redondo e a freguesia de Montoito. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Diogo Amélio. ----------

-----O membro Diogo Amélio começou por perguntar o que já foi feito relativamente à moção sobre a adesão ao Centro de "Competências da Agricultura Biológica e dos Produtos no Modo de Produção Biológico, aprovada por unanimidade na última sessão.
-----De seguida passou à apresentação de um *power point* com uma proposta de recomendação à Câmara, que de seguida se transcreve:
"Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Redondo
Que diligencie, por escrito, junto do executivo da CDU da Câmara Municipal de Évora para que a Autarquia Eborense proceda a arranjos e repavimentação da Estradas e Caminhos Municipais que pertencem ao Concelho de Évora e que são vias de acesso relevantes nas deslocações dos munícipes do Concelho de Redondo às capitais dos Distritos de Évora e Beja.
Troços em Questão:
- EM513, entre ***Vendinha*** *e* ***Montoito.***
É necessária a reparação entre a EN 256 e o limite do Concelho de Redondo.
Esta é uma via de acesso privilegiado para os residentes na Freguesia de Montoito, e o estado do piso prejudica aos fregueses de Montoito nos seus acessos diários às Cidades de Évora e Beja;
Também a economia local do Concelho sai altamente prejudicada por este estado da via rodoviária.







Troços em Questão:

- Caminho Municipal 1095 entre ***Santa Susana*** *e N.ª Sr.ª de Machede.*

O atual estado de degradação, ou mesmo em determinados locais, a inexistência de pavimento, é altamente prejudicial às rotinas diárias dos munícipes residentes em ***Santa Susana****,* ***Montoito, Aldeias de Montoito,*** *Valongo e Nossa Senhora de Machede, e de quem, profissionalmente, necessita de utilizar a referida Estrada.*










S. Suzana
S. Vicente
de Valongo

Troços em Questão:

- EM 534 entre ***Santa Susana*** *e EN 256 na ligação a Beja.*

É necessária a reparação ente a EN 256 e o limite do Concelho de Redondo.

Esta é uma via de grande importância para os residentes no concelho de Redondo, no seu acesso ao sul do país, nomeadamente numa zona de grande projeção agroindustrial como é atualmente o caso do Distrito de Beja.



A UMA NOVA ATITUDE já solicitou igualmente ao vereador António Costa da Silva e aos eleitos da Freguesia de Nossa Senhora de Machede que levassem junto da Autarquia de Évora, liderada pela CDU, as preocupações dos eleitos da UMA NOVA ATITUDE no concelho de Redondo.

Assim, a Assembleia Municipal de Redondo recomenda à Câmara Municipal de Redondo que encete todos os esforços para que as entidades responsáveis procedam a arranjos e repavimentação da Estradas e Caminhos Municipais que pertencem ao Concelho de Évora e que são vias de acesso relevantes nas deslocações dos munícipes do Concelho de Redondo às capitais dos Distritos de Évora e Beja.

Deverá também a presente recomendação ser enviada à CIMAC e ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.
Recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar da Coligação PPD/PSD CDS-PP UMA NOVA ATITUDE"

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos de abstenção dos membros Vergílio Ambrósio, Rui do Carmo e João Pedro Siquenique e os restantes votos a favor, aprovar a proposta de recomendação apresentada. ----------

Declaração de voto dos membros da CDU
A CDU abstém-se nesta matéria, apesar de reconhecer a veracidade da questão, é uma situação que já foi várias vezes levantada em sessões da assembleia no mandato anterior, não há inercia por parte da Câmara de Redondo, já houve vários contactos com a Câmara de Évora, o que se passa, como todos sabem é que a CDU recebeu a Câmara de Évora recebeu a gestão com "um buraco" de mais de 90 milhões de euros, o que obriga a que os autarcas de Évora tenham que analisar as prioridades da sua gestão.

-----O membro Diogo Amélio continuou a sua intervenção apresentando, em *power point*, uma proposta de recomendação à Câmara, que de seguida se transcreve:
"Proposta de Recomendação ao Presidente Câmara Municipal de Redondo
Sendo o Presidente da Câmara Municipal de Redondo a Entidade Responsável pela criação de um limite de tempo para que após a campanha autárquicas seja retirada a propaganda política, vem a Coligação PPD/PSDCDS-PP-UMANOVAATITUDE propor a votação da Recomendação ao Sr Presidente da Câmara para que fixe uma data para o efeito!
Sendo o Culto da Imagem uma Técnica usada por vários Ditadores ao longo da história, como bem se lembram muitos, e estando nós no Sec. XXI, vivendo em democracia, acreditando no poder da mesma para uma sociedade livre e representativa, por respeito aos Redondenses, achamos que seria importante que

houvesse um mínimo de bom senso, e que o Sr Presidente da CMR instituísse um prazo para a retirada da propaganda eleitoral!





Montoito *Redondo*

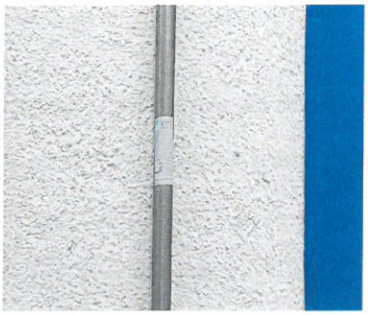
Estando o nosso Concelho em permanente evolução, principalmente agora com mais representatividade de eleitos de diferentes pensamentos, seria de todo respeitoso e querendo todos o melhor para o nosso Concelho, estes Outdoors fossem usados para mostrar a quem passa pelas nossas ruas aquilo que temos de melhor, como o Vinho, o Azeite, o Barro, o Mel, as nossas Ruas Floridas que até já mereceram uma escultura



Junto à antiga Escola Primária, Repsol

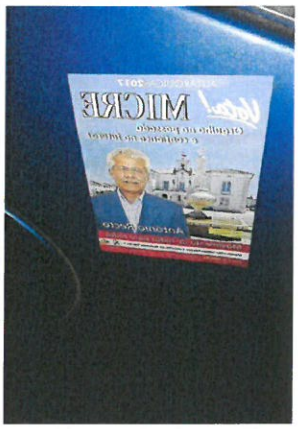






Aldeias de Montoito *Redondo* *Montoito*





Aldeias de Montoito *Carro particular*

Neste Sentido, após a apresentação das imagens anteriores, e dado que as eleições autárquicas decorreram já passaram 270 dias, havendo em alguns locais autocolantes das eleições de 2013 e estando até já muitos dos autocolantes em decomposição, e dando uma imagem suja do nosso Concelho pedimos que seja votada em Assembleia Municipal esta Recomendação ao Sr. Presidente da CMR e que este institua um prazo para a retirada da propaganda autárquica, limpeza de espaços públicos e privados afetados, de forma a termos um Concelho mais limpo, como todos queremos que seja, para receber amigos, familiares, turistas e investidores.

Pelo Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal da Coligação PPD/PSD CDS-PP – Uma Nova Atitude"

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de recomendação apresentada. ----------

Declaração de voto do membro Domingos Madruga

Congratulam-se pela proposta da Uma Nova Atitude, sendo certo que estão atentos ao que o PS tem comentado nas redes sociais sobre esta matéria e até às propostas que foram feitas. Está previsto na Lei que sejam as Autarquias, mediante regulamento, a impor os prazos para remoção da propaganda política, pelo que esta matéria carece de um regulamento de modo a evitar situações futuras. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Montoito, Senhor Henrique Pereira. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Montoito, Senhor Henrique Pereira, começou a sua intervenção dizendo que alguns dos assuntos que tem para referir já foram falados pelos membros Daniel e Vergílio, no entanto, questiona o Senhor Presidente da Câmara relativamente à degradação do Parque Infantil existente na antiga escola das Falcoeiras, para quando está prevista uma intervenção no mesmo.

Disse que o campo de futebol das Falcoeiras e o troço da entrada das Falcoeiras carecem de uma limpeza, uma vez que se trata de uma das entradas na Freguesia e dá uma má imagem.

Perguntou se está prevista alguma intervenção para os edifícios das antigas escolas das Aldeias de Montoito e Falcoeiras, considera que carecem de uma intervenção para evitar a sua degradação.

Disse que, através do Orçamento Participativo de há 2 anos, foi contemplada a reparação do pontão existente no caminho entre Montoito e as Aldeias de Montoito, pergunta para quando está prevista essa reparação, uma vez que se trata de um caminho bastante utilizado pelas pessoas que fazem caminhada e carece de alguma urgência na reparação.

Perguntou se a Câmara pode adiantar alguma informação relativamente aos atos de vandalismo ocorridos em Montoito e nas Aldeias de Montoito.

Informou que o terreno junto ao Lar e que é propriedade da Junta de Freguesia de Montoito carece de uma limpeza.

Perguntou qual o ponto de situação referente à candidatura para o relvado do Campo de Futebol de Montoito, questionou se, caso não seja aprovada a candidatura se a Câmara pretende avançar com o relvado, uma vez que Montoito é a única freguesia sem um campo de futebol em condições, o que leva os jovens a procurar outros campos fora da freguesia.

Informou que a Freguesia de Montoito foi alertada pelo SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, que o terreno da Junta de Freguesia onde por norma são depositados lixos e entulhos, deverá ser limpo e não tornar a depositar ali esses lixos sob pena da Junta de Freguesia ser autuada, pelo que informou o Senhor Presidente da necessidade de limpeza do espaço e que seja encontrada uma alternativa, pela Câmara, um espaço devidamente licenciado para esse efeito.

Perguntou qual o ponto de situação do orçamento participativo.

Disse que está em falta a sinalética que foi derrubada há algum tempo, para quem entra pelo lado da Vendinha, falta também um sinal de estacionamento junto à Caixa de Crédito Agrícola.

Perguntou qual o ponto de situação relativamente ao normativo de apoio às associações, uma vez que se verificaram algumas diferenças nas atribuições dos apoios para realização das festas de verão no ano transato, tendo em conta os orçamentos apresentadas pelas diferentes associações.

Perguntou em que ponto se encontra a questão da transformação do edifício da telescola em Museu Agrícola e se o grupo que está a ocupar a telescola se paga alguma mensalidade, uma vez que, caso não paguem nada, poderiam compensar essa utilização do espaço oferecendo alguma coisa à freguesia, por exemplo, um baile.

Disse que foi abordado por várias pessoas, uma vez que a Freguesia de Montoito teve bastantes combatentes, gostariam que fosse colocada uma placa alusiva aos

combatentes, no Largo Novo.

Perguntou se a questão que foi falada numa reunião de câmara, relativamente à animação de ruas nas noites de verão, com concertos, perguntou se esse assunto foi analisado tendo em conta todo o concelho, ou se foi apenas para a a freguesia de Redondo, disse que, na sua opinião, a Freguesia de Montoito tem condições para também fazer esse tipo de animação.

Em relação à iluminação pública perguntou se está prevista a iluminação da parte da ecopista e da zona do parque desportivo.

Referiu que leu numa ata da câmara que iam ser feitas as pinturas das igrejas de Redondo, disse que, há cerca de dois anos a câmara fez a reparação do telhado todo da igreja de Nossa Srª da Assunção, mas é a Junta de Freguesia de Montoito, pelo menos desde há 3 ou 4 anos que tem pintado as igrejas da freguesia, na sua opinião, não pode ser só a Junta de Freguesia de Montoito a suportar esta obrigação, se a câmara pinta em Redondo, também deve pintar em Montoito ou então ser a Igreja a ter essa obrigação.

Disse que é de salientar o Parque Ambiental de Montoito, que está bem feito, foi uma boa intervenção, no entanto, há a situação que tem que ser revista com urgência, que é a questão de quando chove a água não escoar o suficiente e quase entrar na casa de um morador, situação que já foi relatada à câmara e também numa outra sessão da assembleia municipal.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto, cumprimentou todos os presentes, manifestando o seu maior agrado por estar a participar nesta sessão da assembleia municipal que se realiza em Montoito. Registou as sugestões e considerações apresentadas, em relação às recomendações aprovadas não se vai pronunciar sobre as mesmas, respondendo às questões colocadas pelo membro

Daniel Cachopas, informou que a questão da iluminação pública, também referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Montoito, como já referiu noutras sessões, através da CIMAC foi criada, para todos os municípios do distrito, uma ESE, que irá proceder à substituição de todas as luminárias no Distrito de Évora, através de fundos europeus, neste momento esse contrato está a aguardar o visto do tribunal de contas, já há alguns meses, pelo que se prevê que estejam para breve os trabalhos.

Informou que deu hoje entrada nos serviços da câmara, a aprovação dos projetos de eletricidade, por parte da EDP, que já se aguardava há alguns meses, quer referente ao Parque Ambiental, quer referente à zona junto ao campo de futebol de Montoito, traz uma série de recomendações, mas já estão aprovados.

Em relação ao Parque Ambiental de Montoito, existe uma fuga de água, já foi reportada a situação ao empreiteiro, foi feita uma intervenção que não resultou, vão ter que ser laqueados uns tubos para a situação ser resolvida.

Relativamente à Ecopista Intermunicipal, foi um projeto que avançou, para se utilizar a linha do caminho-de-ferro a CP exigia uma renda exorbitante, neste momento já está previsto que essas linhas vão ser incluídas na Rota do Montado.

A questão das Bolsas de Estudo de apoio ao Ensino Superior, pode informar que os valores pagos quer pela Câmara quer pela Junta de Freguesia de Redondo são semelhantes, estão equiparados e não há acumulação, por isso os alunos da freguesia de Redondo não são beneficiados em relação aos da freguesia de Montoito.

Em relação à atribuição de subsídios para apoio na realização das Festas Populares, aconteceu um ano, a Associação de Moradores das Falcoeiras receber o mesmo valor que recebeu Montoito, e foi assumido pelo executivo que seria assim para se dar um incentivo de modo a tentar promover mais alguma atividade, o que não se verificou.

A questão de apoio da câmara para criação de um site à Junta de Freguesia de Montoito, é uma questão do Senhor Presidente da Junta apresentar esse pedido, os técnicos da câmara estão sempre disponíveis para colaborar com as freguesias.

Quanto às infraestruturas desportivas, neste momento estão feitas as duas candidaturas, para Montoito e Foros da Fonte Seca, que é onde há prática desportiva, tem dúvidas que

sejam os dois comparticipados, mas era bom que fosse pelo menos um. Para além disso está a ser feita a consulta ao mercado para se ter um cálculo do custo de arrelvamento dos campos, começou na ordem dos 160.000,00€, cada campo, neste momento, após negociações, está nos 140.000,00€.

Relativamente às multas de trânsito, já tornou a falar com o comandante da GNR, que lhe disse para ficar descansado. Como já referiu, a circulação do trânsito e do estacionamento em Montoito foi discutida com o comandante da GNR e falada com o comandante territorial.

A colocação dos espelhos e de toda a sinalética tem que ser devidamente analisada, após ser terminada toda a intervenção que está a decorrer em Montoito.

Por último, disse que não tem conhecimento de qualquer incidente com o transporte de uma aluna para ir fazer o exame de matemática, não tem conhecimento, nem permitiria que isso acontecesse, nem que a solução fosse ir o próprio presidente transportar a aluna, não iria, com toda a certeza, faltar ao exame por falta de transporte, se isso fosse do seu conhecimento.

-----Respondendo à D. Ana Mafalda Gama, informou que as moções aprovadas estão a ter o devido encaminhamento, foram enviadas à CIMAC, aos municípios e aos grupos parlamentares, como proposto. Há situações que já estão em andamento, outras que requerem alguma análise mais aprofundada.

A questão da Rota do Montado, trata-se um projeto intermunicipal, da CIMAC, mas mesmo sendo a CIMAC a fazer a gestão, os custos são suportados pelas câmaras. A candidatura ronda 1,5 milhões de euros, contempla toda a sinalética e arranjo de caminhos, a gestão será feita ou através de uma empresa contratada pela CIMAC, em que as câmaras suportam a despesa ou diretamente pelas câmaras. A candidatura está aprovada e o projeto está praticamente concluído, da parte de Redondo está completamente resolvido.

Em relação à cantina de Montoito, com certeza não entendeu a questão que lhe foi colocada, uma vez que a empresa apenas inspeciona os edifícios, o equipamento em si. A parte da conceção da alimentação na cantina de Montoito, não tem nenhuma empresa

responsável por esse serviço, as pessoas que trabalham na cantina são de confiança, nunca houve nenhum problema de intoxicação alimentar nas cantinas que funcionam sob a gestão da câmara, nem em Montoito, nem em Redondo, no entanto, já houve alguns problemas na cantina de Redondo desde que começou a funcionar através de uma empresa e à qual são pagas as refeições que são responsabilidade da câmara.

Relativamente às recomendações das ARU's, informou que está a decorrer o processo de alargamento das ARU's, disse que a necessidade desse alargamento prende-se essencialmente com o facto de se poderem apresentar candidaturas que só são aprovadas se estiverem inseridas numa ARU. Independentemente disso, já foram aprovadas pela Assembleia Municipal outras medidas de incentivo à requalificação do edificado.

-----Respondendo ao membro Domingos Madruga, informou que o canil é visitável, não está fechado, no entanto, a visita organizada ao canil e ao convento de Santo António poderá ser agendada com o Presidente da Assembleia.

Em relação ao Dark Sky pode informar que vai haver uma reunião no dia 16/07/2018, com a presidente do projeto para o Redondo ser incluído.

Quanto à Moção das Águas da Serra D'Ossa estão a ser feitos os contactos para obter as devidas autorizações, da parte da Casa de Bragança não colocaram quaisquer obstáculos, desde que a pessoa por eles indicada acompanhasse os trabalhos, aguarda-se a autorização de outros proprietários para se dar andamento aos trabalhos.

Relativamente à linha de crédito a câmara não aderiu, não teve essa necessidade.

-----Respondendo ao membro Diogo Amélio, sobre a agricultura biológica, informou que estão a ser feitos alguns contactos.

Relativamente à situação das estradas do Concelho de Redondo, pode informar que foi a Câmara de Redondo que fez a estrada, no caminho de Santa Susana, desde o apeadeiro até à Barragem, apesar de já pertencer ao Concelho de Évora, porque fazia falta a Santa Susana, era para o bem de Santa Susana. A Câmara de Redondo já fez insistências junto da Câmara de Évora para a reparação das estradas e a resposta é sempre a mesma, há prioridades, a Câmara de Évora não tem orçamento para fazer as intervenções que as estradas necessitam.

-----Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Montoito, Senhor Henrique Pereira, referiu que o parque infantil nas Falcoeiras está em análise, uma vez que existe a possibilidade de se fazer um parque infantil junto à Igreja, porque a Igreja possui um terreno que cede se for para esse fim, na opinião do Senhor Presidente da Câmara a instalação de um parque infantil fica melhor localizado junto à igreja do que na antiga escola, em que as crianças teriam que passar por uma estrada nacional para se deslocar ao parque.

A questão da estrada já foi respondida.

Relativamente aos edifícios das antigas escolas das Aldeias de Montoito e das Falcoeiras, pode informar que nas Aldeias de Montoito é utilizado com as atividades da dinâmica sénior, estão a ser analisadas outras alternativas de uso para esses edifícios.

Em relação às propostas do orçamento participativo informou que se encontra a decorrer o processo, a comissão irá analisar e ordenar as propostas, pode informar que o valor estipulado para o orçamento participativo foi de 300.000,00€, e que foram apresentadas 18 propostas e algumas delas apresentam um orçamento a rondar os 295.000,00€.

Quanto à questão do vandalismo, informou que, de modo a tentar travar esta onda no concelho, a câmara fez uma participação ao ministério público. Considera que, apesar de ser um problema ao nível nacional, trata-se de um problema sério que se está a atravessar com miúdos entre os 12 e os 16 anos, grupos organizados de vandalismo por prazer, isto é preocupante, está a ser debatido e analisado ao nível nacional.

Sobre o parque ambiental já respondeu.

A questão do terreno junto ao Lar já está a ser limpo. Sobre os lixos terão que se tomar medidas, considera que o facto de se colocarem fotografias nas redes sociais ainda contribui mais para que as pessoas depositem lixo em determinados sítios. Há locais que são limpos e ao fim de duas horas já está novamente cheio de lixo. Há locais em que o contentor não tem lixo e à volta do contentor tudo cheio de lixo, em pleno século XXI. Considera que todos têm a obrigação de alertar, de chamar a atenção.

A candidatura do campo de futebol também já respondeu.

Relativamente à sinalética, alguns sinais já estão a ser substituídos.

Quanto aos subsídios para as festas já foi dada a resposta.

Em relação ao Museu Agrícola, o projeto está feito, não há financiamento, aguarda a possibilidade de candidatura.

A questão da ocupação do edifício da antiga telescola, informou que está cedido a um grupo, gratuitamente, à semelhança do que acontece com os edifícios das antigas escolas de Redondo, não há qualquer contrato escrito.

A animação de verão, está a ser elaborada uma proposta de animação de noites de verão e abrange todo o concelho.

Relativamente à pintura das igrejas, a câmara tem colaborado na pintura das igrejas, umas vezes pinta outras vezes dá a tinta. Considera que a Igreja é um património que é de todos, tem que haver colaboração.

Em relação ao escoamento das águas, como foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Montoito, quase que ia entrando na casa de um morador, quase, mas não entrou, porque atualmente há um maior escoamento, o tubo está limpo e sempre lá esteve e se anteriormente existiam 8 sumidouros agora existem 16, apanha-se muito mais água a montante do que se apanhava antes da intervenção. Naturalmente que no dia que é referido tratou-se de uma chuvada atípica e não há solução para essas situações atípicas.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio referiu que foram apresentadas pela CDU algumas recomendações, referente ao canil, outra referente à recolha do lixo e outra ao vandalismo e foram aprovadas. Estes assuntos voltaram a ser falados por alguns membros da Assembleia e ninguém referiu as recomendações, considera que é um pouco anular ou ignorar aquilo que foi aprovado, por isso demonstra o seu desagrado.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica referiu que não concorda que o assunto tenha sido ignorado ou anulado uma vez

que, tal como o membro Vergílio Ambrósio referiu, as recomendações foram aprovadas, o que significa que foram submetidas à votação. ----------

ORDEM DE TRABALHOS

Informações

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência entrada. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos membros da Assembleia Municipal, em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, que entrou em vigor, no passado dia 25/05, deverão, no final da sessão, proceder à leitura e assinatura de um documento de autorização de utilização de dados, na qualidade de eleitos. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que participou, em representação da Assembleia Municipal de Redondo no 1º Congresso da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, que se realizou no dia 19/05/2018, em Mafra, onde foram eleitos os órgãos da ANAM, informando ainda que o Redondo foi eleito para integrar a direção da ANAM, pelo que a Assembleia Municipal de Redondo irá estar devidamente representada a nível nacional. ----------

Apreciação da informação escrita, emanada do executivo camarário, sobre a atividade do Município

-----A Assembleia Municipal apreciou a informação emanada do executivo camarário. –

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Diogo Amélio. ----------

-----O membro Diogo Amélio referiu que na última sessão solicitou esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre os caminhos agrícolas e não agrícolas que tinham

sido reparados, ao que o Senhor Presidente da Câmara referiu que os caminhos do Concelho de Redondo são dos que estão em melhor estado, no entanto, ainda não lhe foi facultada essa informação. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Rui do Carmo. ----------

-----O membro Rui do Carmo questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao curto-circuito que ocorreu no edifício da Associação Cultural de Santa Susana, se já foi tomada alguma medida para a resolução do problema. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Domingos Madruga. ----------

-----O membro Domingos Madruga começou por referir que a informação das atividades do município, na sua generalidade, considera que os serviços devem ter mais atenção na elaboração dessa informação, mencionou algumas incorreções que a mesma contem, sugere um pouco de rigor na informação prestada à assembleia.
Disse que alguns moradores da Horta do Letras lhe fizeram chegar a informação de que, aquando da aplicação da monda química, não houve aplicação de química nessa urbanização, pelo que há abundância de ervas, pergunta se ainda vão proceder à aplicação da química e limpeza do espaço.
Relativamente aos trabalhos de calçada, vem referida na informação trabalhos na Rua dos Bombeiros Voluntários, era uma informação que já vinha na última sessão e durante este período não deu conta de terem executado trabalhos nessa rua. Referiu que os canteiros do parapeito dessa rua carecem de intervenção e pintura e do lado de dentro do muro há necessidade de limpeza de ervas.

Perguntou por que razão a câmara deixa prescrever as dívidas de água, por que razão não procede à notificação das pessoas e seguidamente à cobrança coerciva, uma vez que assim, os que pagam não têm qualquer benefício em relação aos não pagadores.

Referiu que vem mencionado na informação o programa casa caiada, do que tem conhecimento esse programa não existe, o que existe é um programa de apoio a melhorias habitacionais, deveria haver algum cuidado na elaboração do documento.

Perguntou se vai haver sinalização, pela vila, a indicar a Oficina das Ruas Floridas, para não acontecer o que acontece com o Museu do Barro, não existe qualquer indicação pela vila a informar a localização do Museu do Barro. Considera que deviam também ser sinalizadas as diversas olarias e as diversas adegas do concelho, uma vez que, para além de polos de atração do concelho são também dinamizadores da economia local.

Sobre a obra de requalificação do jardim municipal, pergunta qual o ponto de situação, o Senhor Presidente tinha informado que a câmara não podia ter qualquer intervenção, no entanto, já lá viu alguns funcionários a fazer serviços.

Sugeriu que a câmara lançasse alguma divulgação sobre o apoio à natalidade, face à rejeição de dois processos, em virtude de as crianças não terem sido registadas como naturais do concelho, revela algum desconhecimento por parte dos pais, pelo que seria bom haver esse tipo de alerta.

Perguntou quem são os três representantes da câmara no Conselho Municipal de Educação.

Perguntou quem esteve presente na ação formativa da União das Misericórdias, sobre o Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Relativamente à informação da cultura, continua a aguardar a resposta do Senhor Presidente sobre a razão da resposta dada ao grupo de teatro.

Referiu que na informação dada, relativamente à cultura, faltam algumas iniciativas, no seu entender muito importantes e que deviam estar mencionadas na informação, deixando os parabéns pela iniciativa das Comemorações do Foral de D. Dinis, muito esclarecedora, falta também o Bom dia Cerâmica, o Caminhando Sobre a Mancha e o

Dia da Internacional do Azulejo, pela sua importância deviam vir referidas na informação.

Perguntou sobre a visita da Dinâmica Sénior à Herdade do Freixo, se a visita se deveu às caraterísticas do edifício ou por ser uma adega.

Relativamente ao Viver Com Saúde, são mencionados os Lares existentes no concelho, à exceção do Lar das Vinhas, pergunta qual a razão desse Lar não ser abrangido por esta iniciativa.

Quanto ao Verão Em Movimento 2018, vários pais lhe fizeram chegar a preocupação das suas crianças nas quintas-feiras passarem o dia inteiro na piscina, entre as 10h e as 16h, é preocupante porque são crianças dos 3 aos 5 anos de idade e mesmo que estejam à sombra, nos dias de muito calor pode ser perigoso, devia ser analisada a hipótese de, durante o horário de maior calor estarem noutro sítio, porque a câmara tem outras opções, para além disso, pergunta o porquê de ser apenas até às 16h e não até às 17h30m que é, por norma, o horário de saída dos pais.

A informação do Conselho Municipal de Educação, revisão do regulamento, vem igual à que constava na ultima informação, pergunta se está repetida ou se o regulamento continua em revisão.

Verificou que está em falta, na informação do desporto, a referência às caminhadas semanais que se encontram a decorrer desde abril.

Onde são referidas as associações, nomeadamente os grupos que integram a Fénix, falta a referência aos Tomba Lobos.

Considera que a limpeza da vila é um cartão-de-visita para os turistas, na sua opinião, os placares de propaganda política, que ainda subsistem, poderiam ser aproveitados para a promoção das várias atividades do concelho.

Perguntou se o MICRE, e outros, pagam a ocupação da via pública pela utilização do espaço com os placares de propaganda política.

A informação referente à BTL 2018 não devia constar na informação, uma vez que decorreu em março.

Reforçou, mais uma vez, que a câmara devia disponibilizar informação no site oficial e redes sociais dos animais que estão no canil em condições de serem adotados.

Da informação sobre a atividade do Gabinete de Informação é referida a preparação do boletim municipal, o qual não existe há vários anos, não entende qual a preparação que está a ser feita há tanto tempo.

O texto constante da informação sobre os apoios à natalidade deliberados, não está explícito, não se entende.

Felicitou, em nome do PS, a iniciativa que o Senhor Presidente da Câmara teve, de levar à reunião de câmara a proposta de oferta dos livros escolares até ao 12º ano de escolaridade, parabeniza o Senhor Presidente pela iniciativa, a qual foi aprovada por unanimidade, ressalvando que esta tem sido uma proposta pela qual o PS se tem debatido ao longo dos vários mandatos e que tem constado nos programas eleitorais quer do PS, quer também da CDU, pelo que, a iniciativa do Presidente da Câmara, de levar agora à aprovação essa proposta, contribui para que Portugal esteja, neste momento, entre os países da Europa com melhor qualidade de ensino, a Câmara Municipal de Redondo contribuiu para isso.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro D. Ana Mafalda Gama. ----------

-----O membro D. Ana Mafalda Gama registou com agrado o facto de a informação prestada à Assembleia Municipal, reunião após reunião, ser apresentado um documento mais preenchido, contudo encontra ainda algumas incongruências, o documento não é uniforme, tendo referido alguns erros e algumas omissões do documento. Na sua opinião devia haver mais rigor quer na elaboração da informação à Assembleia Municipal, quer também dos documentos oficiais emanados do executivo em que regra geral se encontram erros, deve ser dada maior atenção e rigor aos documentos oficiais que saem do município. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro João Pedro Siquenique. ----------

-----O membro João Pedro Siquenique questionou o Senhor Presidente relativamente às duas empresas contratadas para realizar serviços de limpeza de bermas e valetas e de espaços públicos, quais as empresas e quais os serviços e valor da adjudicação a cada uma, na sua opinião, havendo uma melhor articulação com os trabalhadores da autarquia, poderiam ser eles a fazer esses serviços, como sempre o fizeram, em piores condições e piores invernos e assim a câmara poderia poupar dinheiro.

É referida na informação a limpeza dos sumidouros, pergunta quem vistoria essa limpeza, uma vez que há sumidouros por todo o concelho que estão sujos e cheiram mal.

Perguntou qual o ponto de situação da obra do Jardim Municipal e dos Estaleiros Municipais, quais as datas previstas para a conclusão das obras.

Programa de apoio a melhorias habitacionais e tarifa social, quais os critérios de atribuição desses apoios, considera que há pouca informação.

Solicitou informação sobre o número de processos aprovados e reprovados referentes ao apoio à natalidade e também ao apoio aos Bombeiros Voluntários de Redondo.

Perguntou se já foi comunicado à Cruz Vermelha – delegação de Redondo a sua inclusão no normativo de apoio aos Bombeiros.

Na informação das deliberações tomadas consta o pedido a autorização de pagamento em prestações do valor correspondente a 10 faturas de divida de água, a CDU considera que a câmara não deve deixar chegar ao ponto do consumidor ter 10 faturas em atraso, devem ser tomadas medidas para evitar que isto aconteça.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Daniel Cachopas. ----------

-----O membro Daniel Cachopas interveio para referir que uma boa parte do orçamento municipal destina-se, e muito bem, à cultura, felizmente no concelho há todo o tipo de grupos, de índole privada e de índole público, pergunta que tipo de apoio é dado aos diferentes grupos do concelho, se é só apoio logístico, se há grupos contratados a atuar em representação da autarquia, se atuam de forma gratuita ou se são pagos por isso e como são feitas as escolhas, quais os critérios de escolha. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio interveio para referir que registou as opiniões de cada um sobre o documento distribuído e, na sua opinião, cada vez que olha para este documento arrepia-se porque, sendo funcionário público e estando sujeito à avaliação do método socrático, do tempo do PS e agravado no tempo do Passos Coelho, que é o SIADAP, ao assistir a esta sessão fica com a ideia que nesta assembleia estão aqui para avaliar os trabalhadores, quando eles já têm os seus avaliadores e estão sujeitos a avaliação. Alguns membros consideram que o documento está pouco pormenorizado, na sua opinião, o documento está cheio de pormenor, e para quem faz um documento destes é com certeza um horror, chegam ao ponto de dizer o número de notícias publicitadas, não concorda que o documento chegue a este pormenor. ----------
Questionou, relativamente à cantina social, se está relacionado com a capacidade económica das pessoas, uma vez que nada é referido sobre a distribuição para a freguesia de Montoito, qual a razão, perguntou ainda de que consta o programa SOS afetos. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto, respondendo ao membro Diogo Amélio disse que considerou a questão respondida na última sessão, quando referiu que a maior parte dos caminhos estão transitáveis de automóvel, há uma constante conservação dos caminhos durante todo o ano, todos os caminhos vão sendo conservados permanentemente. ----------

-----Respondendo ao membro Rui do Carmo informou que a situação do curto-circuito na Associação de Santa Susana, antes de surgir nas redes sociais, o serviço de reparação já estava articulado com o presidente da direção. ----------

-----Respondendo ao membro Domingos Madruga informou que a Horta do Letras levou química, foram cortadas as ervas e foram limpas as barreiras, é natural, com este tempo, que continuem a aparecer ervas, há sítios que já levaram química e já foram limpos e já estão novamente a precisar. Os serviços de calçada é um tipo de serviço que é permanente, por isso consta sempre da informação. O muro da Rua dos Bombeiros irá mandar verificar.

A conservação da rede de águas, como já explicou, é permanente.

A questão das dívidas de água, começa a ficar cada vez mais convencido em aderir à cobrança coerciva.

O Programa da Casa Caiada quando foi criado a câmara caiou muitas casas, atualmente não caia tantas devido a dificuldade de recursos humanos.

A sinalização e informação da Oficina das Ruas Floridas fica registada a sugestão. O Museu do Barro tem sinalização mas como centro museológico, porque no projeto inicial tinha essa designação.

Relativamente à obra do Jardim Municipal, como já referiu numa outra reunião, há um processo de contencioso, a câmara pretendia tomar posse administrativa da obra, há entretanto, uma tentativa de entendimento, a empresa já iniciou a obra do quiosque. Alguns funcionários estão a fazer serviço porque ou a câmara tratava da relva ou ela perdia-se, é por isso que está um jardineiro ao serviço no jardim.

Informou que os normativos estão todos publicitados no site oficial da câmara.

Disse que faz parte do Conselho Municipal de Educação, o Vereador José Portel, a Drª Luisa Calapez e a técnica da Ação Social Marli Silva. ----------

Quanto à formação da União das Misericórdias, sobre o Regulamento Geral da Proteção de Dados, sabe que foram alguns funcionários, mas não tem presente a informação de quem foi.

A visita à Herdade do Freixo prende-se com o facto de promover um atividade económica de extrema importância para o concelho e também por ser uma das Adegas mais bonitas do país, que já recebeu vários prémios.

Relativamente ao Lar das Vinhas, possivelmente ainda não faz parte porque está legalizado há pouco tempo, a proprietária será contactada, caso ainda não tenha sido, para se saber se pretende ser envolvida no projeto da câmara.

O programa Verão em Movimento é feito de acordo com a disponibilidade e os equipamentos da câmara e é transmitido aos pais, que quando inscrevem as crianças já sabem qual é o programa. É de lamentar que as pessoas se esqueçam de dizer que a câmara disponibiliza estes serviços a título gratuito, sem limite de inscrições nem de tempo, isso ninguém refere. É das poucas câmaras que não cobra nada, não limita o tempo, nem o número de inscrições.

O apoio à Fénix abrange obviamente o grupo Tomba Lobos, não é mencionado por lapso.

Os partidos políticos não pagam ocupação do espaço público, estão isentos por força da lei.

A questão da divulgação dos cães para adoção está a ser tratada.

Registou a consideração sobre a oferta dos livros escolares, informou que esta proposta surge na sequência do acordado previamente no ano transato e tendo por base um pressuposto, errado, por parte do governo, que referiu que iria dar os livros até ao 9º ano, até ao final da legislatura, já está deliberado, a câmara vai dar os manuais escolares até ao 12º ano de escolaridade. O facto de se estar a contribuir para um bom ensino a nível Europeu, não se prende apenas com esta medida, prende-se também com as

magníficas condições das escolas do concelho e do seu corpo docente, o agrupamento de escolas está em 3º lugar a nível distrital.

-----Respondendo ao membro João Pedro Siquenique deu informação sobre as duas empresas contratadas para realizar os serviços de limpezas, informou que o serviço não é feito com os meios próprios da câmara por que não tem recursos humanos suficientes para isso.

Disse que todos os sumidouros que cheiram mal, é porque estão limpos, é porque estão secos.

A previsão de conclusão das obras, a Oficina das Ruas está terminada, a obra do jardim já explicou a situação, a obra dos estaleiros já se começaram algumas mudanças, a carpintaria já está praticamente instalada, a oficina de mecânica já está a ser feita a mudança. Informou ainda que quando a CDU visitou os atuais estaleiros, já a câmara tinha o projeto feito para as novas instalações.

Os pedidos de apoio têm por base os normativos aprovados e que estão disponibilizados no site da câmara.

Informou que já foi feita a comunicação à Cruz Vermelha do acesso ao apoio social.

A questão do pagamento em prestações da divida referente a 10 faturas de água, são situações anormais que têm que passar pela câmara e se foi aprovado por unanimidade é porque se tratava de uma situação justificável.

-----Respondendo ao membro Daniel Cachopas informou que os apoios aos grupos e associações são atribuídos tendo em conta as caraterísticas e a atividade que desenvolvem, não igual para todos, quando atuam em representação do município não são pagos para isso, é uma contrapartida. ----------

-----Respondendo ao membro Vergílio Ambrósio disse que o programa SOS Afetos, trata-se de uma bolsa de voluntariado criada para fazer companhia aos idosos que estão sós, informou que, ao contrário do que se pensa, estão mais isolados os idosos dos centros urbanos que os idosos que moram em montes. Este serviço de voluntariado é sempre acompanhado pelos técnicos da câmara.

Relativamente à questão da cantina social, quem define quem beneficia da cantina social é a segurança social, que fez um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Redondo e com a Obra de são José Operário, em Montoito. Em Montoito há 9 pessoas a usufruir da cantina social. A intervenção da câmara é apenas assegurar o transporte a quem não tem condições de se deslocar para a ir buscar, é por isso que Montoito não aparece na informação, porque está tudo assegurado pela Obra de São José Operário. --

Informação sobre a situação financeira do Município

-----A Assembleia Municipal apreciou a informação financeira do Município. ----------

Informação de compromissos plurianuais assumidos

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos. ----------

Designação de júri de recrutamento no procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2º grau – Divisão de Obras e Serviços Urbanos

-----Presente a proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 06/06/2018, e que de seguida se transcreve: ----------

"Considerando que:

-José Pedro Ribeiro Proença Ribeiro, foi nomeado, por vacatura do lugar, em regime de substituição para o exercício de cargo de Chefe de Divisão de Obras e Serviços Urbanos, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Redondo para 2018;

-A referida nomeação não pode exceder o prazo máximo de 90 dias, salvo se estiver em curso procedimento concursal tendente à designação de novo titular (cfr nº 3 do artigo 27º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, aplicável por força do artigo 2º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto;

-O júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal;

Proponho, para efeitos do disposto no artigo 12.º e nos nºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o seguinte:

***1ª Proposta** - Promover o recrutamento, por procedimento concursal, de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau, conforme abaixo se indica;*

***2º Proposta**: Submeter à deliberação da Assembleia Municipal, ao abrigo da norma habilitante contida no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, a designação, para integrar o correspondente júri de recrutamento, o presidente e os vogais infra indicados.*

Abertura de procedimento concursal

01. Procedimento concursal para efeitos de recrutamento e seleção tendo em vista o provimento do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Obras e Serviços Urbanos:

***a)** Área de recrutamento: Os cargos de direção intermédia de 2° grau são recrutados de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado que detenham licenciatura e detenham pelo menos quatro anos no exercício das funções de técnico superior;*

***b)** Perfil exigido: O titular do cargo será recrutado de entre indivíduos com capacidade de liderança e gestão das pessoas, visão estratégica, capacidade de planeamento e organização, capacidade de decisão, capacidade de orientação para a inovação e mudança, capacidade de análise da informação e sentido crítico, experiência profissional e formação técnica na área de atuação da unidade orgânica;*

***c)** Métodos de seleção: avaliação curricular e entrevista pública;*

02.) Proposta de Composição do júri:

***a)** Presidente: Diretor de Departamento de Administração e Pessoal da Camara Municipal de Évora, Dr. José António Pé-Leve;*

***b)** Vogais: Chefe de Divisão do Planeamento e Desenvolvimento, Dr. Hugo Miguel Silveira Ferreira e Professora Auxiliar do Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora, Prof. Doutora Teresa Pinheiro Alves."*

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a composição de júri, nos termos propostos.

Nomeação de auditor externo

-----Presente a proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 06/06/2018, e que de seguida se transcreve: ----------

"*Considerando que:*

*O Município de Redondo procedeu à abertura do procedimento para "**Aquisição de Serviços na Área da Certificação Legal de Contas**", nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, e n.º 1, do artigo 112.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11-B/17, de 31 de agosto, na sua atual redação, com base no despacho do Senhor Presidente de 05/04/2018, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei N.º 197/99, de 8 de junho;----------*

Nos termos do CCP (Código dos Contratos Públicos), Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, devem ser definidos vários parâmetros, pelo se passa a enunciar e definir:----------

1 – Preço base – 8.000,00€/ano (incluindo honorários, deslocações, alojamento);

2 – Duração do contrato – 4 anos (n.º de anos do mandato autárquico);

3 – Valor total – 32.000,00€;

4 – Tipo de procedimento – Consulta Prévia nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos;

5 – Entidades a convidar:

a) Fortunado & Rafael, SROC

b) Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda,;

c) Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.

Na sequência do procedimento de Consulta Prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, elaborou-se o convite para a apresentação de propostas de 27 de abril de 2018, n.º 1581/18.----------

Decorrido o prazo estipulado no convite, foi apresentada proposta da seguinte entidade;

- Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., NIF:505778530.----------

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezoito, procedeu-se à abertura do presente procedimento.----------

Procedeu-se à análise detalhada da proposta, com verificação dos documentos exigidos, tendo-se confirmado que a mesma respeita as condições e exigências constantes no convite e no caderno de encargos do presente procedimento.----------

Face ao exposto, propõe-se a adjudicação do serviço supramencionado, à empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., NIF:505778530, pelo valor de 30.000,00€, acresce IVA à taxa legalmente aplicável em vigor, o que perfaz um total de 36.900,00€.--

*O n.º1 do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, determina que " **o auditor externo**, responsável pela certificação legal de contas, **é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo**."----------*

Que a notificação da decisão de adjudicação ao adjudicatário aguarde decisão relativa ao ponto anterior.----------

*Assim, propõe-se que a Câmara Municipal de Redondo delibere sobre a proposta apresentada, e remeta à Assembleia Municipal a presente proposta com vista à nomeação da entidade, **"ROSÁRIO, GRAÇA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.,"** para assegurar a auditoria externa das contas do Município de Redondo."----------*

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta, com base na proposta apresentada, nomear como auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, a entidade, "ROSÁRIO, GRAÇA & ASSOCIADOS, SROC, LDA, para assegurar a auditoria externa das contas do Município de Redondo. ----------

Votação do local da Assembleia Municipal ordinária do mês de setembro

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta realizar a reunião ordinária do mês de setembro na localidade do Freixo. ----------

Intervenção do Público

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, lembrou que este espaço é destinado a colocar questões à Assembleia ou ao Presidente da Câmara e que podem, ou não, ser respondidas na sessão, tem um período máximo de cinco minutos por munícipe e não se destina a intervenções. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Pedro Roma. ----------

-----O Senhor Pedro Roma começou por se congratular pela descentralização das assembleias municipais, considera que é sempre bom para a democracia. Disse que a sua intervenção se prende com a questão do programa de ocupação de tempos livres dos alunos do 1º ciclo e pré-escolar, "O Verão em Movimento", congratula-se pelo facto de a Câmara Municipal de Redondo disponibilizar esse serviço, no entanto, tem a referir que se verifica mais uma vez que há boas ideias mas que não são bem executadas, uma vez que é distribuído aos pais um calendário, um horário, com as atividades que irão ser realizadas, mas que na prática depois acabam por ficar sem efeito, aconteceu nas férias do Natal, em que estava prevista a ida à pista de gelo e que não se realizou, com a desculpa que no dia prevista para a visita a pista de gelo estava fechada, ora, na sua opinião, quando é feita a planificação das atividades, deve ser confirmada a possibilidade de execução da atividade, o mesmo aconteceu agora, nas férias de verão em que já foram alteradas atividades previstas e que criam alguma expetativa às crianças que depois acaba por levar à frustração por não se realizar o que está previsto. Pergunta se quando se faz a planificação das atividades se é consultada a associação de pais e se é tido em conta o tipo de atividades que as crianças têm durante o ano letivo nas AEC's.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor José Rosado. ----------

-----O Senhor José Rosado interveio para alertar a câmara que no Centro Escolar de Montoito há um arbusto que é extremamente venenoso, em todas as suas partes é venenoso, já fez esse alerta ao Presidente da Junta de Freguesia e deixa aqui esse mesmo alerta, sobre o perigo do arbusto a que todas as crianças da escola têm acesso e que podem mexer, que é venenoso.
Perguntou há quanto tempo não é feita uma desbaratização e uma desratização em Montoito. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Manuel Martins. ----------

-----O Senhor Manuel Martins interveio para questionar a câmara relativamente ao assunto já falado com o Senhor Vereador José Portel relativamente à Urbanização da Quinta da Faia e que não vai mencionar aqui qual é esse assunto.
Relativamente à App do município, como já referiu numa outra ocasião, não se sabe qual é o tempo útil de resposta, o utilizador apenas recebe uma resposta automática, mas, posteriormente, não tem acesso a consultar o estado do seu pedido nem é informado sobre o estado da ocorrência. Considera que se a App estivesse a funcionar em condições teria muito mais utilização, pergunta qual o tempo útil que o munícipe deve aguardar pela resposta e como poderá ter acesso a essa informação. Considera que há que melhorar a App. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto, respondendo às questões colocadas pelo Senhor Pedro Roma, referiu que quando o programa é feito é conjugado com os diversos fatores e posteriormente por vezes tem que ser desmarcado por indisponibilidade ou dependências de outros e não dá para ser remarcado, há algumas dificuldades que não dependem da câmara. ----------

-----Respondendo ao Senhor José Rosado disse que irá mandar analisar a questão do arbusto, não tem conhecimento que arbusto está na escola, irá mandar verificar.

Relativamente às desratizações são feitas sempre que se tem conhecimento que há ratos, só quando se tem conhecimento que há ratos na rede de esgotos é que se faz desratização.

-----Respondendo ao Senhor Manuel Martins disse que a App está a funcionar, é natural que haja falhas, está sempre em evolução, a questão importante é saber se o assunto comunicado através da App foi solucionado ou não, essa é a parte que interessa é que o assunto tenha a devida resolução.

ENCERRAMENTO

-----Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram 24 horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu por encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos. ----------

-----E eu, Maria Arminda Barradas, Coordenadora Técnica, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, presentes na respetiva sessão. ----------

O Presidente da Mesa, _____

O Primeiro Secretário, _____